



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Ensaio e formação de ato-ação: entre a cegueira e a lucidez da Luz

Antonio Aparecido Fabiano Junior
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Gabriela de Miranda Papi
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Sessão Temática 9: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

Resumo. Este trabalho – relato da fase atual de um arco de atuação em projeto nos Campos Elíseos, São Paulo, iniciado em 2017, pelo escritório modelo Mosaico, da FAU Mackenzie – tem como perspectiva a construção e o entendimento de metodologia de projeto, a partir de uma experiência que coloca em discussão hipóteses projetuais, urbanas e arquitetônicas, voltadas à habitação e à ocupação artística em edifício tombado. Associado a equipe transdisciplinar, e tendo por base processo de aproximação aos tempos de ocupação, modos de vida, usos e apropriações do espaço público, participações institucionais, violências do Estado, espoliações e expulsões urbanas inerentes aos processos de reestruturação socio-espacial atrelados ao capital e ações insurgentes, apresenta-se reflexões em cruzamentos entre o desafio do processo de ensino-aprendizado, que reconhece a Universidade como ferramenta de reflexão, debate crítico, form(ul)ação e proposição de alternativas, atreladas às lutas sociais que se comuniquem com a ação efetiva, por meio de elementos concretos para discutir o direito ao espaço e à cidade, como lugar de experiência a ser vivida e a busca por um outro e necessário sentido de mundo, como instrumento de comprometimento para a formulação de ambientes para a vida.

Palavras-chave. Metodologia de projeto; Ensino-aprendizado; Campos Elíseos; Projeto coletivo; Planejamento insurgente.

Essays and formation of act-action: between the blindness and the lucidity of Luz

Abstract. This work – a report on the current phase of an arc of action in a project in Campos Elíseos, São Paulo, started in 2017, by the model Mosaico office, of FAU Mackenzie – has as its perspective the construction and understanding of project methodology, from an experience that puts into design, urban and architectural hypotheses, addressed to housing and artistic occupation in a listed building. Associated with a transdisciplinary team, and based on a process of approaching occupation times, ways of life, uses and appropriations of public space, institutional participation, State violence, dispossession and urban expulsions inherent to socio-spatial protection processes linked to capital and actions insurgents, reflections are presented in intersections between the challenge of the teaching-learning process, which recognizes the University as a tool for reflection, critical debate, form(ul)action and proposition of alternatives, linked to social struggles that communicate with action effective, through concrete elements to discuss the right to space and the city, as a place of experience to be lived and the search for another and necessary sense of the world, as an instrument of commitment for the formulation of environments for life.

Keywords: Project methodology; Teaching-learning; Campos Elíseos; Collective project; Insurgent planning.

Ensayos y formación de acto-acción: entre la ceguera y la lucidez de la Luz

Resumen. Este trabajo –un informe sobre la fase actual de un arco de acción en un proyecto en Campos Elíseos, São Paulo, iniciado en 2017, por la oficina modelo Mosaico, de la FAU Mackenzie– tiene como perspectiva la construcción y comprensión de la metodología del proyecto, a partir de una experiencia que pone en proyecto hipótesis urbanísticas y arquitectónicas, dirigidas a la vivienda y ocupación artística en un edificio catalogado. Asociado a un equipo transdisciplinario, y a partir de un proceso de abordaje de tiempos de ocupación, modos de vida, usos y apropiaciones del espacio público, participación institucional, violencia de Estado, despojo y expulsiones urbanas inherentes a procesos de protección socioespacial vinculados al capital y acciones insurgentes, se presentan reflexiones en intersecciones entre el desafío del proceso de enseñanza-aprendizaje, que reconoce a la Universidad como herramienta de reflexión, debate crítico, forma(ul)acción y propuesta de alternativas, vinculadas a luchas sociales que comunican con la acción efectiva, a través de elementos concretos para discutir el derecho al espacio y a la ciudad, como lugar de experiencia para ser vivido y de búsqueda de otro y necesario sentido del mundo, como instrumento de compromiso para la formulación de ambientes para la vida.

Palabras clave: Metodología del proyecto; Enseñanza-aprendizaje; Campos Elíseos; Proyecto colectivo; Planificación insurgente.

1. Luz em matéria e onda

Vivemos um momento de exacerbada crise: crise global do capitalismo que estira colapsos sociais, ambientais e econômicos em todas as dimensões da vida; crise que produz injustiças e desigualdades e que, também por isso, nos faz questionar, imaginar e propor novas práticas de resistência para conseguir existir. Viver, para muitos, é um estado forma(ta)do entre espoliações e expulsões urbanas de constante violência: o Estado revela, diariamente, uma de suas facetas mais cruéis ao avançar desenfreadamente sobre direitos de dignidade humana, como, por exemplo, o despejo de milhares de pessoas de seus lares – só na cidade de São Paulo, entre março de 2020 e dezembro de 2021, momento de picos elevados de contágio pela COVID-19, pelo menos 2.719 famílias foram removidas e 197.368 famílias foram ameaçadas de remoção (UNGARETTI *et al*, 2022). É nesta tensão, vivida em instâncias emaranhadas, acopladas e atreladas, que as formas de controle e seus dispositivos de poder ganham potência, quando devidamente alinhadas à produção do espaço e a expansão dos mercados em processos do capital que, cada vez mais, se realizam como formas de circulação que tangem variadas escalas de atuação, da pequena à grande, renovando a situação de conflito, como campo de agenciamento sociourbano e de práticas sociais na produção das territorialidades urbanas, espalhada por todos os espaços.

A região dos Campos Elíseos, centro de São Paulo, vem sendo alvo da ação contínua e cada vez mais violenta do Estado, onde, em 2017, foi movida grande ação de remoção e demolição pelo governo vigente, tendo, como resultado, a destruição completa de dois bairros inteiros de forma sistêmica e ilegal (LABCIDADE, 2017). Desde então, a região que, a partir da década de 1990, é declarada pelos governos municipal e estadual como objeto de sucessivas políticas de intervenções, transformando-se em um dos casos mais radicais de processos de renovação urbana em cidades brasileiras contemporâneas, é alvo de violência escancarada em repressões cotidianas, através de uma necropolítica que promove ações como a que vimos em maio de 2022, em que a movimentação de uma grande ação policial na Praça Princesa Isabel espalhou a concentração de pessoas em situação de rua e em uso abusivo de drogas pelo centro da cidade (MARINO *et al*, 2022).

Reconhece-se que a violência urbana apresentada na região, vai além dos movimentos de despossessão inerentes aos processos de reestruturação espacial e social, apresentando-se em uma categoria política estruturalmente central atualmente, por indicar “sistemas de expectativas não realizadas no interior da vida social” (SAFATLE, 2020, p. 160), uma vez que a cidade não é somente palco de acontecimentos da vida – como uma base neutra que recebe a produção, a circulação e os seus modos de apropriação – mas algo que está posto nos modos como estes espaços são produzidos, onde o próprio território da produção do mercado (e de sua expansão), as suas formas de controle e poder, os campos dos agenciamentos sociourbanos, as práticas sociais, as ações de resistência e os conflitos inscritos nas formas de produção e gestão, produzem o espaço. Tal violência, portanto, é causa e consequência da própria produção do espaço, pois se configura como ferramenta potente de ações institucionais que tem licença para coordenar a violação de direitos em uma parte considerável da população (MBEMBE, 2018). Violência escancarada que, aqui, se configura na própria ideia de invisibilização das existências das memórias, das histórias, das arquiteturas, das relações, das pessoas, do lugar, da vida.

Neste sentido, é importante reconhecer a potência e o problema da ideia e das prerrogativas de poder (e da constituição de uma paisagem de devastação diretamente atrelado à ele): a concentração de qualquer coisa só pode existir em determinado ambiente e este ambiente é o lugar da representação de poucos, escancarando a lógica estruturada pela propriedade privada e seu papel na dinâmica urbana do capital, que subjuga modos de vida, atrelada à política de domínio e controle do Estado (instância, por essência, de poder, capaz de criar e suspender regras que permitem direcionar, redirecionar e moldar um ideal modo de vida burguês, via a instauração e regulação de ordem e lei). A vida é reduzida à eliminação diretamente enquanto o poder do capital se alarga no processo de capitalização de exploração e espoliação da vida.

Esta estrutura poderosa de dominação por meio das formas de controle – que aumentam as desigualdades, as segregações e as expulsões de uma vida possível – acabam por constituir, como comenta Sassen, “condições conceitualmente subterrâneas que precisamos trazer para a superfície. São, em potencial, os novos espaços para a criação” (2016, p. 263). Espaços que revelam que as tratativas de poder também produzem a vida, mobiliza afetos e constrói laços sociais na constituição de sujeitos políticos, derivada da construção permanente, contínua e, por isso, incompleta de sua formação, composta por transversalidades que atravessam múltiplas territorialidades urbanas em suas formas rotineiras e conflituosas. Ou seja, a prática espacial da resistência pode se constituir a partir de uma experiência, se esta for formadora de consciência de reprodução da vida contra a reprodução capitalista.

Esta formulação de constante deslocamento e incompletude, pois sempre em construção, corrobora para redefinir estratégias e movimentos implicados com a transformação de comportamentos e valores, e suas representações e visões de mundo mobilizadas, em ações práticas de desejada formação do sujeito político, pois apostam na construção da paisagem da vida da produção social, atrelada diretamente ao fazer e saber coletivos. Tais formações contínuas revelam, não somente as novas forças produtivas sociais, como as organizam, não apenas como uma renovação da produção, mas também na produção, pelos modos inovadores de imaginá-las e estudá-las. Em outras palavras, como do desastre pode brotar o germe de um possível devir – de vida ativa e de transformação pela ação na “capacidade humana de instaurar novidade no mundo” (ARENDRT, 2013, p. 8-9) dentro da realidade imposta –, não como uma formulação solucionadora, mas como fórmulas, no sentido da exposição de um fato que organiza possíveis atos-reativos, entendidas como ferramenta de organização popular. A aposta nesta organização, capaz de construir contínuos movimentos de reação pensadas à margem da lógica proprietária capitalista, é estruturada por outras formas de mediação e de controle e poder, pois coloca suas ações – que não têm como expectativa resolver algo que deveria permanecer irresoluto, para a necessária sobrevivência e intensidade do próprio conflito da/na vida – em confronto com o reconhecimento de polos de tensão de experiência urbana.

Para cada ação violenta de vida, há também espaço para uma reação que luta por e para ela. O modelo urbano e econômico em que vivemos hoje não ocorre sem batalhas sociais e políticas e é a partir da tirania espacial estabelecida pela violência urbana que também emergem movimentos de insurgência – que constituem resistências, lutas e ativismos pela experiência de resistir ao atual domínio da acumulação – em reação aos agenciamentos espaciais e colocam em discussão a reconfiguração do espaço (ROLNIK, 2018). Se temos a violência na estruturação de nossos dias, respondemos com outras (quem sabe novas)

articulações, em reações que emergem da luta, mesmo que não tenham se formado como classe capaz de se fazerem representadas. É aqui que se insere, em contrapartida aos dados violentos de despejo colocados acima, a articulação entre movimentos sociais, entidades, laboratórios de pesquisa, partidos políticos e parlamentares que conduziu campanhas como o #DespejoZero, tanto em nível local quanto nacional, a fim de suspender despejos e remoções de famílias vulneráveis e pessoas em situação de rua.

Organizações de resistência como esta são históricas nestas lutas: temos como exemplo o Observatório de Remoções formado atualmente pelos laboratórios LabCidade (FAUUSP), Praxis (UFMG), Laboratório de Estudos da Habitação – LEHAB (UFC), Lugar Comum (UFBA), Grupo de Pesquisa Labá – Direito, Espaço & Política, da FND (UFRJ), Laboratório de Justiça Territorial – LabJuta (UFABC), Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais – LEPUR (UFABC) e Observatório de Conflitos Fundiários do Instituto das Cidades (UNIFESP), que completou este ano 10 anos de mapeamento das ações de ameaça e resistências contra remoções na região metropolitana de São Paulo e o Fórum Mundaréu da Luz, constituído em 2017 por diversos grupos e instituições e que atua na região dos Campos Elíseos com o objetivo de enfrentar as precariedades e vulnerabilidades sociais do território, através do desenvolvimento de proposta que “garantiria a permanência de todas e todos e a perspectiva do amparo, com moradia e programas de saúde, trabalho e renda para as pessoas que enfrentam o drama da violência, dada pelo uso do crack e, essencialmente, implementada pelo Estado, que coloca seu aparato repressor para violentar as pessoas mais fragilizadas” (FABIANO JUNIOR; RUBANO, 2022, s/p.). A organização do Fórum dialoga diretamente com a própria formulação dos coletivos territorializados, tão afirmados a partir deste século 21, – onde muitos deles compõe o grupo –, apresentando-se de forma auto-organizada, multidisciplinar, territorilizada no espaço urbano em participação nos processos políticos em colaboração com ações cruzadas também encontradas no mesmo lugar, em estratégias provenientes das suas próprias organizações (BASSANI, 2019).

O presente trabalho, a partir de aproximação e experiência prática com o segundo grupo citado – Fórum Mundaréu da Luz – através do Grupo de Trabalho (GT) Observatório, do Escritório Modelo de Arquitetura do Mackenzie – Mosaico, tem como prerrogativa contribuir com o processo de ensino-aprendizado participativo e interativo entre seus agentes múltiplos – estudantes, professores, movimentos organizados e sociedade civil, para atuarem, tendo em vista a formação acadêmica, em realidade complexa, conflituosa, perversa e desigual.

Atesta-se, diante da produção financeira do espaço, que tenta alargar suas fronteiras para capturar mais renda, o entendimento da discussão sobre o lugar do arquiteto urbanista, parte de um conjunto maior, tanto como espaço de resistência, na medida em que reconhece a Arquitetura e o Urbanismo, parte intrínseca e indissociável da cidade, como um instrumento privilegiado de discussão, capaz de ser utilizado para construir uma hipótese factível de dar forma objetiva/objetual ao mundo para todo mundo, quanto como espaço de reparação, na medida em que se apresenta como ferramenta de construção de paisagem para a vida, para além das estruturas para a produção do negócio, a partir da proposição e percepção de espaços pensados e construídos, como territórios de falas e de escutas, capazes de propiciar vocações de lutas coletivas. Ou seja, como os objetos de produção e construção do espaço podem criar novas pautas de organização de luta coletiva, cujas finalidades são

conduzidas para a formulação e o alargamento de cenários de acontecimentos políticos em novas formas de organização da sociedade.

Reconhece-se, porém, a distância disciplinar que sofremos e dinfundimos na formação acadêmica, em exercícios teórico-práticos que pouco tangenciam a realidade dos espaços construídos e da vida que nele habita e pleiteia-se, deste modo, a necessária consolidação de uma prática de formação capaz de catalisar imanes horizontes, sendo o lugar da Universidade um importante pólo de conhecimento aberto a novos saberes populares e eruditos, por meio de participação e construção com outros agentes (HOOKS, 2017). É importante assentir que um número significativo de novas formulações acadêmicas, fruto do ingresso de uma população de jovens que pouco tinha acesso às universidades por meio de políticas públicas, deslocaram o lugar do “objeto de pesquisa” para, eles mesmos, serem produtores dos (seus) conhecimentos, a partir de suas trajetórias, colocando sentido teórico às próprias vidas, conectadas aos processos urbanos em curso (de vida e de mundo). Tais quadros múltiplos compostos por camadas de (trans) gênero, raça e classe social trazem, consigo, uma maior probabilidade de reconhecermos o uso do corpo como uma necessidade para o acesso às infraestruturas e estruturas urbanas e, principalmente, às formas como as pessoas fazem referência a elas em seu cotidiano. Coloca-se, portanto, como desafio a ser pensado e formulado, que a construção da formação estudantil deve ser imbricada à constituição do sujeito reflexivo, capaz de exercer sua liberdade de pensamento e ação (CHAUI, 2014), por meio de *práxis* que orienta a experiência em processos de formação do ser político técnico-científico.

A construção do conhecimento se apresenta, neste sentido, em uma categoria de reconhecimento e disponibilidade, de refletir e se refletir, de marcar e (re)contar histórias que devem encarar as contradições em estatuto de permanente mudança, levantando pontas penteadas à contrapelo (BENJAMIN, 1987) para possibilitar costuras outras, laços às vezes pouco reconhecíveis, reconhecimento de campos cegos, emaranhados e percursos necessários que resultam (ou almejam resultar) não uma substituição de um novo paradigma, mas a construção de paradigmas outros, como defende, entre tantos outros Mignolo (2003), estruturado por também outras formas no campo do debate e da disputa da construção de pensar, repensar e recontar o passado e o presente, no vislumbamento de um devir de reconstrução urgente do, sobre e no urbano.

Tendo como perspectiva o alargamento democrático, de maneira a motivar ações na vida cotidiana, busca-se, nas possibilidades de espaços de vida a serem constituídos, pensados, idealizados e conquistados, possibilidades outras em oposição ao mundo que, cada vez mais, se constrói e se destrói de forma desigual. O modelo de reflexão sobre a ação, a reflexão na ação e a reflexão sobre a reflexão na ação de Donald Schön (2000) fornece base para a reflexão conjunta entre professores e alunos, sobre significados e abertura para o novo que se apresenta, a cada ano, de forma mais necessária, tendo como base de tais experimentações a resolução número 7, publicada dia 18 de dezembro de 2018 pelo Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, que estabelece diretrizes para a curricularização da extensão na educação superior brasileira.

Os desafios impostos ao trabalho de desenvolvimento do projeto extensionista aqui descrito (objetivo específico) e da formação acadêmica (objetivo geral) são muitos:

(i) colocar como perspectiva a construção do estudante político, sensível à dimensão espacial e aos modos heterogêneos de organizações da vida, não reduzido somente à sua experiência pessoal a partir de vínculo com a sociedade civil organizada em aproximação de duplo sentido: no oferecimento de contribuições da Arquitetura e do Urbanismo e na ampliação do contexto da formação comprometida e crítica dos estudantes;

(ii) buscar a reflexão crítica e propositiva de elaboração de conteúdos de pesquisa e atuação projetual via articulação de parceria academia-comunidade-institutos de pesquisa-poder público, como espaço de pensamento e suporte ao desenvolvimento do projeto atrelado à ideia de realidade concreta e noção de pertencimento de mundo;

(iii) buscar formular metodologias outras de projeto, a rever formas de participação, a experimentar gestão de trabalho horizontal e a propor – pela teoria e pela prática projetual – novas possibilidades de espaços, considerando demandas diversas que chegam até o escritório modelo e que colocam maneiras novas e peculiares de posicionamento e enfrenamento;

(iv) reconhecer a importância de criação em rede entre outros polos de formação, pois vislumbra-se a quebra dos muros espaciais de atuação dos grupos de forma particular, no direcionamento da construção de um projeto sistêmico entre campos atuantes conectados em práticas e desejos, cuja direção de (re)construção de algum sentido vá no caminho da transformação da cidade e da formação do sujeito em espaços/possibilidades de experiências políticas;

(v) catalogar seus trabalhos, por meio de relato teórico-crítico aplicado pelo projeto proposto, e analisar as ações estratégicas até o presente momento dessa experiência, com a finalidade de iluminar o trânsito entre lógicas ampliadas e circunstâncias e especificidades locais.

Apresentaremos aqui, como estudo de caso, o trabalho desenvolvido desde 2017, nos Campos Elíseos, para tangenciar tais questões.

2. Luz por dentro

A região da Luz sempre se apresentou como território e campo de disputa e de novas coalizões, que se formam e se transformam à luz de sua relação com os processos globais e locais, entre a ocupação popular de área central, inserida em contexto de desvalorização financeira dos espaços materiais e a possibilidade de uma enorme virada de valorização imobiliária, a partir da monopolização da propriedade privada, em ciclos constantes de destruição e reiterada construção. Destaca-se nesta conjunção a população que vive lá – múltipla, ampla, plural e conflituosa –, formada por pessoas em situação de rua, usuários de crack, comerciantes locais, sendo muitos deles moradores de pensões estruturadas de formas muito variadas (ora com unidades autônomas, ora com espaços coletivos, ora ainda com quartos compartilhados), muita gente vinda de áreas afastadas instaladas nos projetos habitacionais da PPP (Parceria Público Privada) que conquistaram suas unidades centrais em financiamentos e dívidas de décadas, migrantes e imigrantes, formando uma espécie de população periférica no centro. Pelos processos de violência e violação instaurados em estados sequenciais na área, reconhece-se a face extrema da reprodução capitalista que ilumina, com lucidez, uma inutilidade da pessoa do trabalhador, antes posto como um objeto de reserva de mercado, hoje como um corpo abjeto, passível de ser eliminado (RUI, 2014). Território de manifestação

extrema da violência, iluminada pelo emergente fascismo atual na sociedade brasileira.

O que se compartilha é a leitura de um faltar de experiência mínima democrática, em instâncias variadas, mas como uma “naturalização de uma subcidadania” (TANAKA *et al*, 2019, p. 6), entendida como subjetivação da política e como formas de sua manifestação. Tal situação nos coloca na cilada de direcionar o destino da maior parte das cidades às intervenções vindas de um mundo estatal em uma dita (trans)formação democratizante. Caímos assim na contradição dos instrumentos legais e nas políticas institucionais que, em sua maior parte, ora devoram e destroem ora intensificam os próprios problemas que tentam resolver/eliminar, mesmo tendo como vontade a instauração democrática e o combate à desigualdade social.

Apresenta-se, portanto, como paisagem da atuação no território, a necessidade de recolocar as perguntas em contralugares, sobre o modo como as cidades são produzidas e reproduzidas, sobre como nos posicionamos frente à construção de um outro sentido e sobre como contribuímos para o pensamento da Arquitetura, do Planejamento Urbano e do Urbanismo e, por desejo, como reinventamos a abertura de horizontes futuros, estruturados por vontades, anseios, movimentos e, portanto, por transformações, mutações e relações sociais, na busca de ações para a construção do ser coletivo político (também técnico científico).

É importante reconhecer que o mundo não se resume e é dividido somente em duas partes antagônicas, herméticas e autônomas – a reprodução do capital e a reprodução da vida – e que, mesmo adentrando nestes dois recortes, há que se reconhecer partes indissociáveis de um no outro. Deles temos, de um lado, a atuação (ato-ação) da experiência de planejar que se funda nas tensões (e suas implicações) da “paisagem da renda” (ROLNIK, 2018), tendo a propriedade privada como estrutura e, de outro, as práticas cotidianas de luta e organização social não estanques, que extrapolam a elaboração do(s) plano(s) em si, e que se realizam por meio de movimentos organizados e instituições, a “paisagem da vida” (IDEM, IBIDEM).

Estes ‘momentos-em-parte’ são, mais do que duas frações em um mesmo tempo, coexistências de manifestações ligadas a diferentes fases do mesmo sistema, com suas especificidades e correlações, onde um produz os regimes de operações que regem a existência e o outro abre espaço à experiência do inexistente, mas que continuamente se transicionam em constante transformação que, como em um ciclo, repõe novas formas como resposta da (re)formulação do outro. Porém não ambivalentes. Esta ambivalência de poder político-financeiro assimétrica se reverte em violações de direitos e políticas de morte, engendradas pela presença do Estado enquanto poder regulador de vida e se apresenta como elemento estrutural no capitalismo neoliberal de hoje (MBEMBE, 2018). Também da tensão entre eles implica a dialética entre a alienação e rebelião, o pensamento abstrato e a concretude das ações práticas.

Neste sentido, tem-se como aposta, a partir da experiência do conflito mediada como instância de diálogo e de possibilidades de constituição do devir – como um lugar de manifestação, ainda que de uma maneira efêmera, pois empreende o contato com o imprevisível – que as limitações abstrato-concretas da produção do espaço e da urbanização podem ser, senão superada, ao menos tensionadas no vislumbre de ganhar possíveis extensões para a construção de nova pactuação, tendo como objeto e foco, a luta social.

“Como trabalhar com avanços na urgência?” é a pergunta norteadora de dois campos de atuação: o do desenvolvimento do projeto de extensão e o da própria prática inerente à ideia de formação do estudante, ambos atrelados a contribuição na definição da construção e produção do espaço, como atividade socialmente necessária e transformadora de desejada emancipação imanente, idealizada pelas interações ambiente-espaço-sociedade, à luz do pensamento freireano (FREIRE, 2002).

Ao se trabalhar com uma comunidade vulnerável – habitação precária, trabalho informal e dependência química, na escala de saúde pública –, em um local com lógicas de tempo e intervenções no espaço tão imprevisíveis, em um mundo que recoloca o lugar de sujeitos de direitos em uma ideia de usuários/clientes de serviços, o processo ganha destaque, uma vez que a ideia de produto final não existe. A lógica é outra: as etapas e o desenvolvimento de um trabalho que se constrói de forma conjunta e atenda às demandas territoriais de uma população tão heterogênea, não têm como perspectiva a proposta fixa e imutável, mas sim a instrumentalização da comunidade, na disputa diária pela permanência no território e pelo direito à moradia digna e central. Dessa forma, a construção de uma desejada conscientização da população em relação aos seus direitos como cidadãos e o acompanhamento da situação jurídica da área para esclarecimento das medidas que podem ser tomadas em relação às moradias são um aspecto importante que vem sendo realizado no processo de todo o projeto.

Ações cotidianas, como a remoção de moradores, além da velocidade da mudança de pessoas que ali vivem, subvertem a ideia de cronograma clássico de projeto. Os passos são guiados por prioridades de demandas, na tentativa de barrar os processos desumanos que acontecem a todo momento no território. O trabalho propõe, assim, a aliança de uma ideia de ‘metodologia da urgência’ – ações efetivas e reais como resposta imediata a problemas vividos pelos sujeitos do território – como compreensão do ensino associado à pesquisa permanente, cujo compromisso é lidar com o campo de estudo e projeto capaz de enxergar, impulsionar e trabalhar a ideia de vida por trás das métricas abstratas do pensamento.

Até 2021, o trabalho produziu proposta de projeto que se apresentava como alternativa à PPP Habitacional do Estado para as Quadras 37 e 38 dos Campos Eliseos, cuja estrutura organizacional se apresentava por discussões e reuniões coletivas regulares em espaços públicos/grupos existentes e atuantes na área, como o Teatro Pessoal do Faroeste e o Largo Sagrado Coração de Jesus, além do Instituto Polis onde foram promovidos levantamentos de campo, reuniões de organização do Fórum e oficinas com os moradores para discutir soluções para o território.

O trabalho coletivo realizado perpassou por processos de imersão territorial, dividido em levantamentos qualitativos que envolveram 4 eixos: (i) as moradoras e os moradores do bairro, avaliando renda, composições familiares, tempo de moradia e aluguéis; (ii) os comerciantes, (iii) o ‘fluxo’, em que foi feita uma abordagem sobre os serviços de assistência social e de saúde; e (iv) as edificações. Em seguida, foram apresentadas propostas que potencializavam a produção habitacional, na escala do bairro, das quadras, e do entorno; modalidades de atendimento, com questões sobre locação social, hotel social, casa própria, moradia terapêutica, comércio local, oficinas compartilhadas, moradias imediatas e emergenciais, espaços de convivência compartilhados, e a potencialização de ações de coletivos culturais; e tipologias de projeto, com alternativas habitacionais para as famílias ameaçadas de remoção. Por fim,

foram apresentadas estratégias de viabilidade econômica e financeira sobre o projeto.

No período, dentre as ações feitas, destaca-se: (i) apresentação de alternativas, a partir do diálogo com os moradores e comerciantes, que garantiriam mais qualidade de vida à população do bairro, de projeto urbanístico e social, em coletiva de imprensa realizada no Teatro Pessoal do Faroeste, com a presença de vereadores, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública; realização de cortejo-performance; audiência cidadã; projeções do projeto e de poemas em paredes de um edifício histórico da área e exposição de painéis com os esquemas das leituras territoriais produzidas durante todo o processo do projeto realizados no dia 3 de abril de 2018; (ii) atendimento emergencial às famílias removidas da quadra 36, a partir do dia 16 de abril de 2018, antes da própria posse do Conselho Gestor; (iii) implantação de Balcão de Direitos em 2019 e (iv) criação de Cartilha de Prevenção – pandemia de COVID19. O trabalho propunha ação ampliada com diretrizes desenvolvidas para todo território.

O projeto teve como foco central três quadras compreendidas entre a Alameda Cleveland, Rio Branco, Ruas Glete e Helvética, com trechos das Alamedas Dino Bueno e Barão de Paranapiacaba. No entanto, no dia 14 de março do mesmo ano, a justiça determinou a remoção de 200 famílias que moravam nas quadras. Apesar de ser considerada, pelo Plano Diretor, como uma Zona Especial de Interesse Social, que deveria ser destinada para a melhoria das condições habitacionais, o despejo tinha como objetivo a construção da PPP do Hospital Pérola Byington.



Figura 1. Desenho feito pelos Urban Sketchers no papel kraft estendido na calçada, 21/10/2017; Reunião com os moradores realizada no Largo Coração de Jesus, 01/03/2018; Leitura dos levantamentos das pensões, 2017; Painel de post-its, 21/10/2017 (fonte: elaborada pelos autores).

Em todos os anos subsequentes, o grupo do Fórum promoveu, no início de cada período, um grande chamamento entre os parceiros, para construir encaminhamentos para o desenvolvimento do trabalho. No dia 17 de fevereiro de 2022, a condução do trabalho se encaminhou em direção ao Teatro de Contêiner Mungunzá (área onde, inclusive, aconteceu o encontro) que, desde 2016, se apresenta como espaço sociocultural importante do território, além de forte agente de apoio à população mais vulnerável. Atualmente as ações do teatro estão direcionadas à ocupação de prédio vizinho em desuso que, durante a década de 50, funcionava como um antigo hotel. O trabalho se articula junto com uma rede de coletivos e artistas que buscam construir ações e possibilidades de apoio, com perspectiva de uma desejada emancipação através da arte e da educação – Tem Sentimento, Birico Arte, Paulestinos, o artista Badarós, Pagode na Lata, Ilú Obá De Min, Bar da Nice entre outros – e que, de maneira comum, demandam por um espaço em que pudessem concentrar suas atividades. Tal ocupação seria feita por usos artísticos (sedes de coletivos atuantes na região) e de moradia (de pessoas vulneráveis atreladas aos coletivos) destes grupos e agentes parceiros.

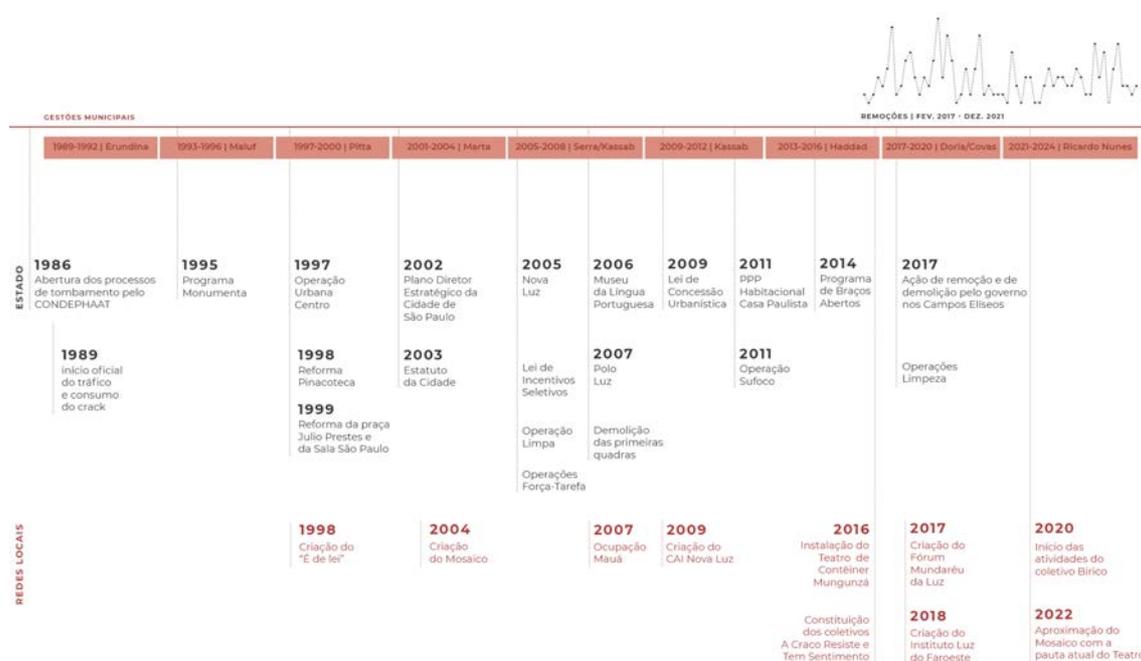


Figura 2. Linha do tempo (fonte: elaborada pelos autores).

As ações desses coletivos estão ancoradas na experiência da espoliação da violência urbana, mas, também, na construção de uma outra paisagem. A construção mútua entre identidade e reconhecimento (HONNETH, 2003) e experiência e sofrimento (DUNKER, 2015) corrobora para redefinir estratégias e movimentos implicados com a transformação de comportamentos e valores, e suas representações e visões de mundo mobilizadas, em ações práticas, mesmo que muitas vezes oníricas. Reconhecer as ações destes coletivos significa incorporar as experiências reais do território na aposta por reinseri-las nos debates dos processos espaciais, temporais e de construção das múltiplas visões de mundo, e tal reconhecimento passa pelo posicionamento territorial delas, em colaboração efetiva do território no território. Tal relação plasmada de reconhecimento e incorporação implica em algo capaz de colocar a participação dos grupos como um sentimento ativo, atuante, consciente, 'indispensável' à

construção e efetivação de algo. Projeto, para nós, é fato-ato no mundo para outrém e, se no fim, na concretude das ações, o desenho/desejo pode chegar a sumir, o que fica são as coisas para as outras pessoas que, sendo elas, no processo, também fato-ato, no ir e vir da existência, o que nos resta, como busca, é a construção de outros significados coletivos.

Na semana seguinte, dia 22 de fevereiro, nova reunião foi marcada. Com a presença de membros do poder público, coletivos artísticos, companhias de teatro, instituições de ensino e pesquisadores do Fórum, via zoom, esta reunião colocou em pauta a iniciativa do projeto de intervenção do espaço ao lado do teatro e possibilidade de ocupação artística como forte ponto de reverberação de uma ação de resistência na região. Foi levantada a importância do reconhecimento dos limites e possibilidades territoriais, de maneira que poderíamos, a partir disso, elencar diretrizes organizadoras que abraçassem, sem negar o território, reconhecendo sua fluidez e articulando questões habitacionais, culturais e de redução de danos. A partir de então, foi dividido, dentro do Fórum, três grandes frentes de atuação: (i) trâmites burocráticos; (ii) recursos financeiros; e (iii) possibilidade de projeto para ocupação do edifício. É nesta terceira frente que iniciamos, a partir do GT Observatório, a nossa experimentação no campo de atuação do projeto.

Esta nova pauta conduziu o trabalho do Fórum para um outro rumo, subvertendo a escala de desenvolvimento do projeto – se antes reconhece-se o poder da macro escala, por tema e implantação territorial do projeto (a primeira fase do projeto teve como itens desenvolvidos as: (i) potencialidades da produção habitacional na escala do bairro/entorno e escala das quadras; (ii) modalidades de atendimento – eixo morar e trabalhar, eixo amar e cuidar, eixo estar na rua e conviver; (iii) tipologias de projeto e (iv) estratégias preliminares de viabilidade econômica e financeira), tenta-se, como estratégia atual, partir de ponto focal – Teatro do Container Mungunzá –, sem esquecer a amplitude dos assuntos que ali são encontrados, fortalecendo o lugar do encontro, como campo duro de atuação, no vislumbre para sua ampliação socioespacial. Tal mudança é paralela ao anúncio de nova ação violenta na área. Se por um lado o mercado imobiliário avança ligeiramente, removendo pessoas de suas casas para implantação de projetos habitacionais da PPP, do outro vemos ostensiva ação policial no deslocamento e espalhamento do fluxo, antes concentrado na praça Princesa Isabel, de modo que ambas revelam forte violação de direitos humanos.

No dia 21 de junho, nova reunião no espaço do teatro foi marcada. Foram levantadas hipóteses de atuação, em que se destacam: (i) o registro audiovisual da repressão pelas ações violentas da polícia militar e da guarda civil municipal contra usuários e pessoas em situação de rua; (ii) a ocupação das ruas em ações coletivas, muitas delas de caráter e organização culturais, mobilizando a presença de mais ativistas e moradores nas audiências públicas, de maneira que exista escuta real sobre o território, contornando manobras desleais de uma política sem ética em curso; (iii) o desenvolvimento de uma agenda de políticas públicas para as novas candidaturas que apoiam ações na região; e (iv) a cartografia dos principais parceiros territoriais, ou seja, principais ruas, esquinas e pontos de apoio no território que poderiam dar suporte aos registros audiovisuais, dentre os quais destacaram o Bar da Nice e o Teatro Pessoal do Faroeste.

É importante destacar que ações experimentais artístico-socioespaciais de coletivos culturais, muitos deles localizados na região central da cidade de São Paulo, constituem uma rede de (re)formulações de outra ordem, não proveniente

da mercantilização cultural, mas da necessidade de produção do fazer coletivo. Este posicionamento do campo do fazer artístico busca outras vias políticas e práticas sociais para (espera-se) dissolver a ideia de posicionamento autoral – que aparece na consciência moral em questões entre certo e errado –, em direção à emancipação, capaz de considerar fatores relevantes, dentro de um pensamento comum, para decidir qual deve ser o melhor caminho da ação que visa o melhor para todos nós. E é a partir deles que se coloca, como estratégia, campo de enfrentamento e proposição.

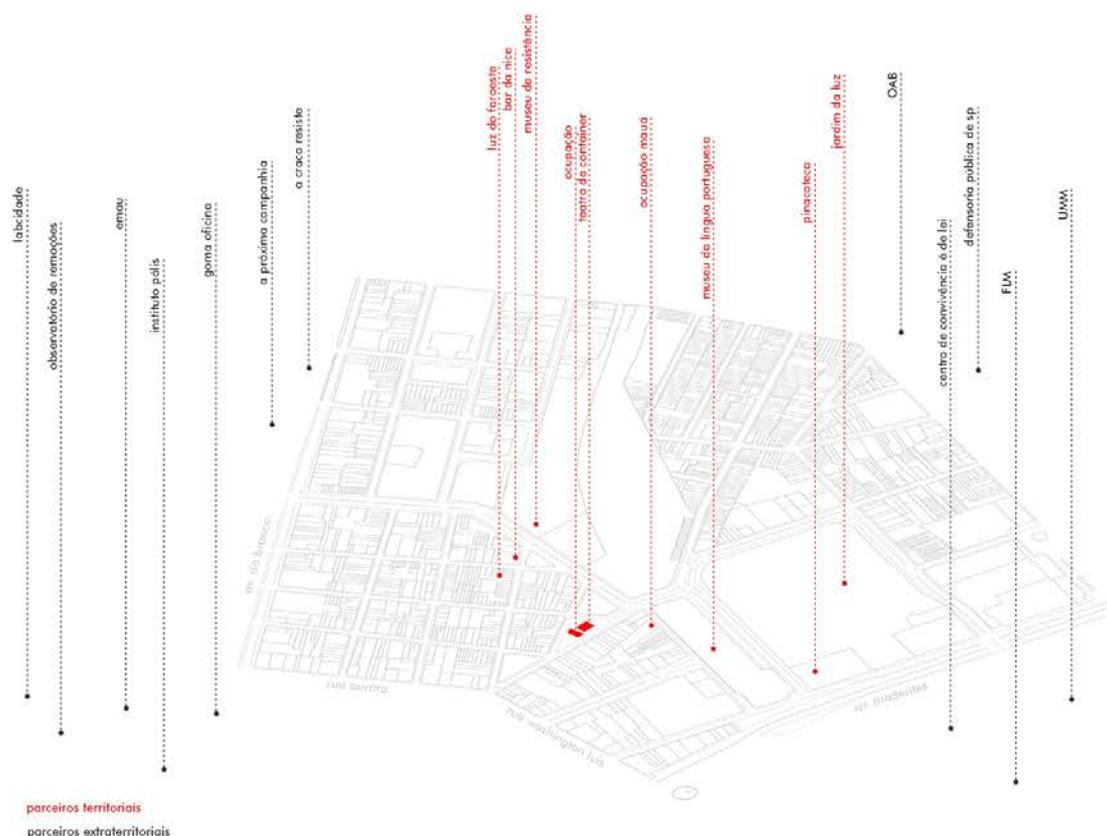


Figura 3. Parceiros do trabalho em desenvolvimento. (fonte: elaborada pelos autores e equipe do GT Observatório).

O reconhecimento de binarismos – certo/errado, público/privado, bem/mal, inclusão/exclusão, centro/periferia, dentro/fora, ação/reação, construção/destruição, apropriação/expropriação – não dão conta da realidade que não tem só mil faces, como continuamente constroem tantas outras margens – sociais e territoriais, legais e políticas. Se o campo articulado do capital ganha formas que se redefinem em uma velocidade cada vez mais rápida, a ponto da reação não conseguir se articular justamente porque, desde seu início, é cooptada para uma nova redefinição, aqui a chave é de um outro tempo, marcado pela percepção de uma crise perene em constante aumento, vivida em um espiral de um presente contínuo onde, as únicas alterações deste movimento se dão por presença de algumas ações cotidianas, em uma política do cuidado e da escuta, do respiro e o da articulação.

Isto porque, se numa primeira leitura, mesmo que o território abrigue uma experiência da ordem de aparente contravenção, colocado pelo corpo que radicaliza seu estar na rua, a polícia, colocada como diz Lepecki, como “ator

social na coreopolítica do urbano atual” (2012, p. 51), dita e determina o espaço de circulação, trazendo para si, o monopólio do espaço. Tal caminho nos coloca em constante alerta, pois se apresenta como um movimento de passagem entre a situação atual e o futuro (apresentado como um não-futuro), entendendo a participação, consciente ou não, de todos os estágios desta atividade, colocando a todos – corpos, insurgências e ações institucionalizadas – como partes desta travessia em estatuto paralisante de permanente conflito. Contra este monopólio, entra o cuidado. Ação mínima, mas que tira a reprodução e a permanência de modos predeterminados de circulação individual e coletiva, abrindo possíveis nesgas de luz-lucidez em meio a tanta cegueira.

A criação e reconstrução cotidiana de laços de solidariedade tem papel estrutural na manutenção dessas ações em pequenas escalas, mesmo quando atuam em rede, a partir das narrativas e conceitos que compõem, integram, dinamizam e multiplicam esta própria rede, na criação de um projeto capaz de pensar sob uma perspectiva do direito à cidade, com base em pactos de cooperação e desmercantilização da vida, como um veículo de sensibilidades, onde a luta espacial – e a lógica que busca a reconstrução de algum sentido para a própria luta –, pode emergir como uma luta de classes com base em outros elos. É como se, a partir do reconhecimento de uma fresta de mudança, pensássemos o que podemos fazer com esta pequena abertura.

Pensadoras como Faranak Miraftab (2016) nos faz repensar práticas do planejamento em busca de um urbanismo mais humano. É nesse contexto que se deve reconhecer que práticas são estas, além das sancionadas pelo Estado e pelos poderes corporativos para, a partir disso, pensar novas perspectivas para o futuro. Enquanto o poder público busca manter *status quo* pautado na gentrificação e em injustiças espaciais, os movimentos insurgentes propõe uma ruptura com as práticas vigentes. É importante destacar que as táticas performadas por esses movimentos são sempre ancoradas em um lugar, de maneira que simbolicamente ressignificam o uso imaginativo do espaço público, reforçando a potência que a presença dos corpos nas ruas pode performar contra desposseções e opressões.

É neste campo que vale resgatar a dimensão do afeto enquanto criador de vínculos que permitem politizar a nossa prática (HOOKS, 2017) para questionar: como podemos mediar uma atuação crítica capaz de transformar realidades e abalar paradigmas nas brechas de um sistema violento e opressor? Como evocar este tal ‘futuro alternativo’ de Miraftab, que clama pela justiça social e espacial? Como agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo, na construção coletiva de sujeitos de luta e embate?

Reconhecer todos os agentes e as ações vindas de suas articulações, portanto, como parceiros de atuação para formulações espaciais no campo da Arquitetura e do Urbanismo, coloca em outra chave a ideia de construção da paisagem da produção social, atrelada diretamente ao fazer coletivo, por meio da exploração de metodologias de projeto em construção de diálogo entre tensões que constroem e constituem o espaço urbano. Este movimento nos leva a formulação de uma reterritorialização da *práxis* política (NEGRI; GATTARI, 2017), não como um retorno a universalização, mas ao reconhecimento das condições dos corpos, quando atrelados às lutas comunitárias de liberdade, diálogo e desejos comuns, como instrumentos que fazem o território.

A partir da reflexão sobre a produção do espaço e a produção do tempo, associando urbanização e cotidianidade, não apenas como a produção de coisas

no espaço (embora o mundo da mercadoria tente se apropriar e coisificar tudo, inclusive as próprias reações contrárias a ele), o desafio que se coloca (com o vislumbre da produção do espaço e de relações sociais em unidade) é como superar a contradição entre a produção privada de mercado, as formas de controle e os agenciamentos sociourbanos de práticas sociais e situações de conflito que estão presentes em todos os espaços.

Relatar, pensar criticamente e construir caminhos outros sobre as metodologias de atuação cotidiana, por meio das inquietações encontradas – reconhecidas e/ou interpretadas – do território, nos promove a possibilidade de tentar decodificar como este projeto de extensão contribui, em estratégias e ações políticas, na prospecção de novos pactos de futuro, a partir de suas margens (e campos de atuação específicos), que poderiam (ou poderão) amparar práticas isoladas. É na ordem do possível-impossível que se faz a resistência, com perspectiva de mudança social. Da cidade (da propriedade privada) da renda também emerge as frestas de vida de sua contraposição. Tem-se, portanto, a partir delas, a possibilidade de buscar outras formas – de produção, de uso, de decisão e de projeção –, que incorpora conflitos, atritos e fricções de uma sociedade desigual, dividida em classes e não reconhecida, muitas vezes, nela, sem apagar essas tensões, mas identificando nelas transversalidades e suas possíveis reverberações presentes nas múltiplas territorialidades urbanas, como instrumento de ação política propositiva nas lutas sociais urbanas pelos próprios modos de ser, produzir, viver, habitar e se reproduzir a cidade.

O experimento de metodologia de projeto, e sua devida atuação e efetivação – onde presidem os fatos do cotidiano alimentando a teoria acadêmica com a pressão da urgência e de solidariedades que, apesar de tudo resistem – é o eixo condutor do trabalho e também da própria condução das atividades feitas pelo Fórum. Deste modo, coloca-se a necessidade de conceber outras formas de produção do espaço, relações sociais e relações espaciais em contra-formas que se opõem à mercantilização do espaço e da vida como função estratégica técnico, ético e estético, vindouro de grupos múltiplos movidos por ações diversas. Ações estas não subordinadas ao traço, mas aos desejos comuns através da observação da vida como atividade cotidiana, no desejo de pensar a cidade em espaço como chamamento que incita a reflexão e a ação à procura de um mundo justo para todos.

O GT Observatório, neste momento, é formado pelo professor Antonio Fabiano Junior e por Anna Tereza Moro Lanzuolo, Gabriela de Miranda Papi, Isabela do Val Salge, Joel Lucas Quena Paco, Julia Alves Konstantinovas e0 Rafael de Barros Trigo, estudantes que permeiam períodos variados do curso, entre o 5 e 10 semestre. Como estrutura de trabalho, se articula através de 3 momentos de encontros coletivos:

1. Encontros com os integrantes do Mosaico – alunos e professores –, que discutem os processos metodológicos constantemente, em consequência das velozes mudanças que acontecem na área cotidianamente. Os encontros acontecem no espaço do EMAU, no prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie;
2. Encontros com os parceiros que compõe o grupo de trabalho de estudo sobre a possibilidade de projeto para ocupação do edifício, com duas finalidades: discussão de estratégias de atuação e divulgação do projeto e apresentação de desenvolvimento do trabalho feito por cada membro. Os encontros acontecem

em locais variados, geralmente de forma rotacionada entre as sedes dos grupos e entidades que participam dos trabalhos.

3. Encontros com a comunidade para construção e debates coletivos. Os encontros acontecem na área do projeto.

Assim, são marcados encontros de trabalhos coletivos, em reuniões intercaladas: ora em conjunto com os demais coletivos do território do Campos Elíseos, no Teatro do Container, ora no desenvolvimento de cada grupo parceiro. As reuniões acontecem semanalmente, com duração de aproximadas 2 horas. A partir destes encontros, entre abril e junho de 2022, foram levantadas leituras importantes sobre a hipótese de atuação, como (i) os limites e possibilidades do território; (ii) o desenrolar burocrático em relação ao poder público e à situação do prédio; (iii) a articulação entre moradia, arte, educação e geração de renda; e (iv) o lastro de possibilidades para projetar perspectivas e transformações.



Figura 4. Reunião de discussão e elaboração de trabalho, feita dia 11 de maio de 2022. (fonte: Aluizio Marino)

Concomitante às ações de projeto, no dia 15 de maio foi mobilizado um ato em que centenas de pessoas se reuniram em protesto contra a violência das ações policiais com a população vulnerável da região conhecida como Cracolândia. O ato de denúncia foi organizado pelo movimento Craco Resiste, que denuncia e resiste à ação violenta da polícia e à ‘campanha de terror’ estabelecida pela prefeitura de São Paulo desde 2016 (LACERDA, 2022).

Em sequência a isso, as conversas começaram através do resgate deste ato, em torno da pauta da necessidade de mobilizar uma nova estratégia comunicacional para enfrentamento dos desafios atuais na região. Como encaminhamento, o projeto de ocupação se estruturou em ações programadas

e contínuas, em reuniões e atividades coletivas chamadas de ‘eventos-mutirão’. Para isso foram elencados três momentos de tempo – curto, médio e longo prazo. No curto prazo temos as ações imediatas, necessárias para que a ocupação seja segura para todos. Nasceram daí a limpeza imediata do espaço, instalação do guarda corpo na escada de acesso aos pavimentos do prédio, regularização do piso, implantação de infraestrutura elétrica, de água e esgoto e retirada de reboco da fachada. A médio prazo temos o início de apropriação dos grupos coletivos, em atividades culturais e de moradia. Tais ocupações ganharão dinâmicas coletivas e, para isso, foi criado grupo de trabalho responsável por sua gestão e organização constantes. Programa-se também o desenvolvimento e implantação de espaços de oficinas, conversas coletivas e/ou aulas públicas, em parceria com instituições próximas. A longo prazo temos a abertura do térreo e criação de laboratórios/oficinas como espaços de apoio – como marcenaria, serralheria, gráfica e atelies coletivos – para as atividades promovidas no território. Deseja-se que a cobertura do edifício vire uma laje/terraço urbano, para a promoção de espaço de apropriação coletiva e plural. Reconhe-se que ao longo de todo o processo, novos arranjos serão pensados para a ocupação do edifício e seus espaços. Para isso, o grupo de trabalho estará sempre presente, pensando coletivamente em múltiplas atuações coletivas.

Detalhando as atividades, em sintonia com a lógica de ocupação dos movimentos de moradia, foram elencadas cinco diretrizes essenciais para garantir segurança de adentramento do edifício: (i) produção de guarda-corpos para a escada, de maneira a garantir segurança mínima para acesso aos pavimentos superiores (esta atividade aconteceu em três etapas: primeiro foi instalado guarda corpo nos dois primeiros andares, que já eram utilizados como depósito e apoio aos coletivos presentes do espaço; em seguida foi completado guarda corpo ao longo de toda a escada e, por último, esta peça metálica, feita por serralheria local, parceira do teatro, foi pintada em ação coletiva. Ação finalizada); (ii) fechamento das aberturas das janelas que circundam a escada, em serralheria e tela metálica, mantendo permeabilidade visual, ventilação e segurança (ação em andamento – desenho e orçamento feitos, produção das peças iniciada); (iii) manutenção e revestimento dos pisos da escada e regularização de piso em áreas muito danificadas do primeiro pavimento; (iv) instalação de rede elétrica; e (v) instalação de rede hidráulica (estas três últimas agendadas para serem as próximas ações executadas).

Em paralelo, foram levantadas ações transversais que já começam a ser feitas durante os períodos contínuos de discussão, a fim de potencializar a ocupação do edifício e, inclusive, levantar recursos financeiros, como (i) limpeza contínua dos ambientes, (ii) ocupação visual através de colagens e lambes, demonstrando intenção e início do uso dos espaços pelos coletivos artísticos (atividade conduzida pelo coletivo Birico Arte, ao longo do edifício. Tal ação começou pelos dois primeiros andares, espaços já ocupados do prédio); (iii) vaquinha virtual para arrecadação de recursos e continuidade da instalação do guarda-corpo até o último pavimento (ação finalizada).

Grupos de atuações foram feitos: mutirões de limpeza, produção de reparos no prédio, organização para arrecadação de verba, campanhas de conscientização, peças gráficas e audiovisuais de denúncias de violência na área e eventos para fortalecimento de comércio e eventos locais. No caso do Fórum, os encontros têm como propósito desenvolver o projeto arquitetônico de ocupação do prédio. As ações – entre possibilidades de atuações independentes e as de caráter

coletivo – visam cruzar forças, criar relações de cooperação, reconhecimento e apoio entre os envolvidos.

Os próximos passos são a instalação de tubulação metálica externa e condutores para colocação de pontos de luz e tomadas nos ambientes que receberão as ações coletivas ao longo de todo o espaço, a retirada do reboco da fachada, instalação de pontos de água e esgoto, aproveitando pontos hidráulicos existentes no edifício e implantação das sedes dos grupos coletivos que, paulatina e coletivamente, configurarão o espaço em movimentos mutantes, conforme a necessidade de intenção das ações que surgirão de tais encontros. Em dias de muito frio, o primeiro andar é aberto para que pessoas em situações de extrema vulnerabilidade e relação direta com os grupos de atuação, possam dormir com um mínimo de proteção. Os coletivos já começam a se apropriar dos espaços, guardando materiais e se apropriando do primeiro andar.

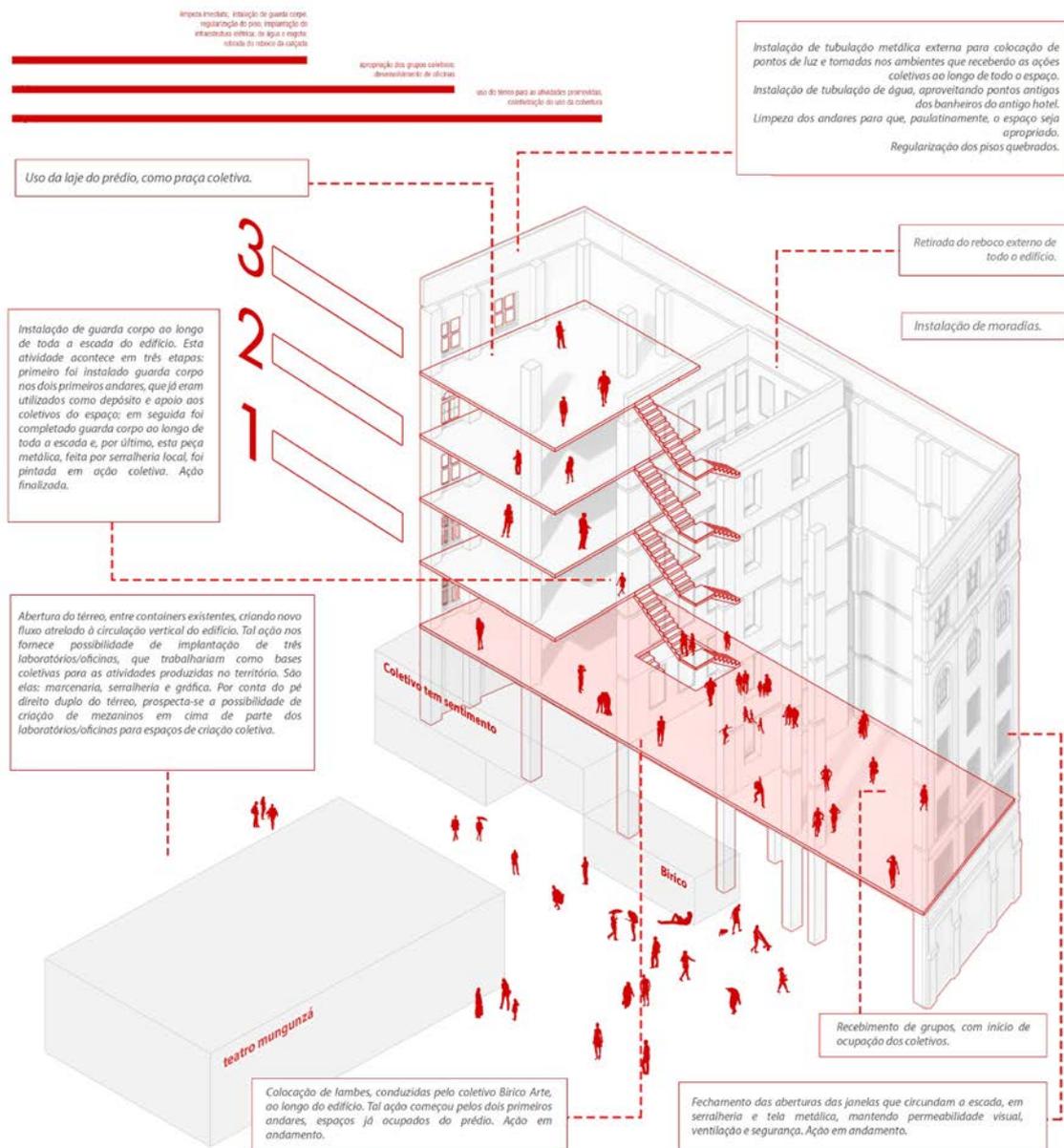


Figura 5. Elaboração gráfica das ações propostas para a ocupação. (fonte: elaborada pelos autores e equipe do GT).

Novas ações começam a ser delineadas: (i) a organização de “eventos-mutirão”, que ocorrerão no espaço do Teatro, movimentando pessoas para a arrecadação de recursos; (ii) desenvolvimento de oficinas, conversas coletivas e/ou aulas públicas, em parceria com instituições como o Sesc Bom Retiro e instituições parceiras vizinhas; (iii) estudo e mapeamento de materiais descartados no bairro como uma possibilidade de reuso em uma ação projetual. Esta última atividade tem a seguinte organização: (i) construção de cartografias de reconhecimento de materiais de descarte num raio de 1 km da ocupação proposta; definição dos volumes dos materiais encontrados; contato das fontes e início de estabelecimento de relações de fornecimento; (ii) catalogação e pesquisa de possibilidades de uso dos materiais disponibilizados; (iii) desenvolvimento em canteiro da faculdade de experimentos de uso desses materiais e (iv) construção de cartilha com especificações dos testes, quantidades e procedimentos para produção dos componentes construtivos, todos testados por laboratórios universitários.

Para todas estas ações, reuniões regulares são feitas entre os agentes envolvidos, com o direcionamento de construção da paisagem da produção social, atrelada diretamente ao fazer coletivo, por meio da exploração de metodologias de projeto em construção de diálogo entre tensões que constroem e constituem o espaço urbano. As ações propostas visam cruzar forças, criar relações de cooperação, reconhecimento e apoio entre todos os envolvidos.

3. Uma possível luz no meio à escuridão

É pela busca de desejada emancipação imanente, no vislumbre da luta pela desalienação, estruturada em quatro bases: (i) pelo entendimento da violência urbana como categoria política; (ii) pela necessidade de se pensar outras bases para a produção da emancipação social via constituição de rede e laços sociais; (iii) pelas prerrogativas de poder e pelo lugar vazio da autoridade como estratégia de distribuição de poder inscritos na vida em conflito e disputa e (iv) pelo vislumbre de alcance do projeto como articulação e base de formação do sujeito político, que este trabalho se desenvolve.

Importante colocar quais bases de emancipação social que estamos falando: as entendidas como uma série de ações mediante as quais os indivíduos começam a transformar suas vidas a se tornarem capazes de fazer coisas que pensavam que não poderiam fazer. A emancipação é a chave e o núcleo deste exercício, pois seu processo tem como horizonte as lutas políticas, capaz de produzir singularidades a partir da brecha como um lugar de desejo de ruptura. Tal ruptura abre o campo das estruturas da detenção do poder e também do saber. Emancipação é, assim, a decomposição da voz que instaura as regras do mundo e a instauração de uma nova gramática de poder na vida social, para quem participa e para quem se forma. Ou seja, é um movimento de dissolver e criar próprias relações, em um trânsito entre desmanche e construção.

A aproximação desta pesquisa metodológica de projeto surge como um vestígio de luz e esperança diante de um mundo em colapsos. Identificar a existência de ações como a desenvolvida pelo Fórum, bem como seus modos de operar através de uma micropolítica de afeto e solidariedade, nos geram insumos para poder potencializar novas ações através de redes de apoio, que visem construir uma alternativa capaz de propor pressão e tensão diante de uma política pública conturbada e algóz com a população mais marginalizada e, por isso, mais frágil. É a partir de uma experiência de estiramento de violência e perversidade radical,

que pode-se pensar no desafio – como um chamamento e atrelamento à formação dos estudantes – de desejar e propor possíveis radicalidades de reações, inscritos nos conflitos nos dilemas e nas tensões da cidade e da vida real.

Tais ações experimentadas e especuladas no território nos anunciam energicamente novas formas de resistir e discutir a produção do espaço e o direito à cidade, manifestando a importância da projeção espacial enquanto instrumento de transformação. Quando articuladas de maneira criativa e propositiva, em que a parceria entre os mais diversos sujeitos sociais se apresenta ativamente nos debates e proposições, as práticas se tornam ainda mais consistentes, nos revelando um momento presente em que a solidariedade, o afeto e a cooperação ainda são resilientes.

Entre as dinâmicas que interferem na forma de organização do espaço prevalece uma intenção que pode ser respondida à luz da reflexão projetual como o direcionamento em produzir espaços a serviço dos projetos hegemônicos da globalização, voltados para o funcionamento da política econômica em prevalência das forças do capital. Como resultado prático temos a própria Arquitetura e o Urbanismo agindo como cruéis instrumentos de expectativa de valor por meio do projeto, instrumentalizando materialidade e dimensões e saberes da construção, quanto se distanciando das urgentes e necessárias demandas sociais para trabalhar, pela própria etimologia da palavra projeto (ETIM lat. *projectus*, ação de lançar para a frente, de se estender), como ferramenta para a lógica financeira.

É neste campo que o projeto em formação proposto nos coloca em deslocamento pois abre espaço à experiência do inexistente, mas que continuamente se transiciona em constante transformação que, como em um ciclo, repõe novas formas como resposta da (re)formulação do outro. Se uma grande parcela da população não tem presença, enquanto direito na sociedade civil, as ações promovidas de forma contínua pelo trabalho apresentado se contrapõem a uma normatividade instituída de participação, construídas em outros valores. É nesta chave que a emancipação, como algo que está além do vigente, pressupõe o coletivo.

Quando pensamos na possibilidade de um futuro alternativo, Ailton Krenak (2020) nos atenta que teremos que estar reconfigurados para poder circular e habitar esse mundo, de maneira que se conseguirmos encarar isso, o que vivemos hoje não será apenas uma crise dentro de tantas crises, mas um possível movimento de esperança promissora.

A busca por reconhecer outras alternativas para a própria lógica de projeto pretende recolocar o fazer arquitetônico como possíveis experiências que furam a bolha das lógicas hegemônicas vigentes, tentando sistematizá-las para que sejam capazes de repropor-se como espaço construído e como campo do pensamento para uma efetiva, necessária e urgente intencionalidade e não apenas como momentos de exceção. Enxerga-se a ação projetual, técnica e humanística, como instrumento de necessário comprometimento para a formulação de ambientes para a vida. Pela reflexão crítica e propositiva sobre a complexidade dos territórios urbanos, e por meio de fundamentação de questões percebidas empiricamente e amparadas teoricamente, experimenta-se uma metodologia que considera entrelaçamento com os embates cotidianos, a partir da ideia do “espaço como esfera de possibilidade da existência da multiplicidade” (MASSEY, 2008, p. 31).

A hipótese da constituição de um movimento social urbano, instituído a partir de práticas que se constituem em luta por existência, ilumina a necessidade de pensar o lugar do projeto e seu campo de atuação, como um instrumento de resistência apontando a necessidade de se posicionar por uma cidade que cuida e cultiva a vida. Deste modo, coloca-se a necessidade de conceber outras formas de elaboração do fazer projetual como um dos possíveis instrumentos de produção do espaço, relações sociais e relações espaciais, por meio da formação do sujeito, entendidos como espaços políticos de coletividades.

A formação de novas gerações de arquitetos urbanistas que tenham uma prática projetual inclusiva, que contemple ações ampliadas para além do traço assertivo, que inclua o outro e os desejos comuns através da observação da vida como atividade cotidiana parece-nos fundamental – e de absoluta necessidade – frente às desigualdades gritantes e à quase impossibilidade de acesso das populações mais vulneráveis ao projeto urbano e de arquitetura. O que a Universidade oferece, é a possibilidade de acesso a um novo modo de pensar e, sobretudo, de se organizar em coletivos múltiplos de pessoas que se reúnem para pensar problemas essencialmente recorrentes, no entendimento de seu papel e campo da formação como lugar de pensamentos de um mundo ancorado em outras formas de redes sociais coletivas, capazes de nos levar a possíveis formulações de também novas formações.

Em tempos de vertigem global, aposta-se que para caminhar em direção aos nossos desejos e derivas de uma emancipação inspirada na luta, no embate, na educação e na arte enquanto construção social e política, é fundamental agirmos de maneira coletiva, fortalecendo redes e parceiros territoriais insurgentes. Drummond, em seu poema *Mãos dadas* (sentimentos de mundo), nos dá, quem sabe, uma pista: “O presente é tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”. Que os momentos de esperança, em ações coletivas, sejam então a nossa energia presente, como um convite permanente à resistência. E que projetemos um futuro, para todos nós, de forma urgente e cadente, no presente.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BASSANI, Jorge. **Das intervenções artísticas à ação política urbana**. Tese de Livre-Docência. São Paulo: FAU USP, 2019.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. São Paulo: Editora Brasiliense, v.1, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Editora Autentica, 2014.
- DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FABIANO JUNIOR, Antonio; RUBANO, Lizete Maria. **Cidade, espaço público e contravenção: moradia e cena aberta do crack na Luz**. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/04/artigo-cidade-espaco-publico-e-contravencao-moradia-e-cena-aberta-do-crack-na-luz>. Acesso em: 5 out. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LABCIDADE. **Mapeamento colaborativo RMSP**. 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapa-denuncias/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

LABCIDADE. **Violações, violências e remoções nos Campos Elíseos**. 2017. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/violacoes-violencias-e-remocoes-nos-campos-eliseos/>. Acesso em 29 out 2022.

LACERDA, Nara. **Ato em São Paulo pede o fim da violência policial na Cracolândia**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/15/ato-em-sao-paulo-pede-o-fim-da-violencia-na-cracolandia>. Acesso em: 18 jul. 2022.

LEPECKI, André. Coreopolítica e Coreopolícia. **ILHA**. Santa Catarina: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Vol. 13, N. 1, pp. 41-60, jan./jun. (2011) 2012.

MARINO, Aluizio; AMPARO, Amanda; MACHADO, Ariel; MELLO, Daniel; MAGRI, Giordano; MEOLA, Luca; ROLNIK, Raquel. **A Cracolândia não diminuiu, só se espalhou**. 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/acoes-violentas-do-poder-publico-multiplicam-cracolandias-pelo-centro-de-sao-paulo/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N1 edições. 2018.

MIGNOLO, Walter. **Historias locais/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal. 2003.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 18, n. 3, p. 363-377, jul. 2016.

NEGRI, Antonio; GUATTARI, Felix. **As verdades nômade: por novos espaços de liberdade**. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Política, 2017.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. **Revista Indisciplinar**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura e Urbanismo. Vol.5, N.1, pp. 20-43. 2018.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCHÖN, Donald. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

TANAKA, G; OLIVEIRA, F. L de; COLI, L.R. Planejamento Autônomo e Ação Política na Produção da Cidade: Movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Anais do XVIII ENANPUR**. Natal, 2019.

UNGARETTI, Débora; PECORA, Guilherme; SÁ, Júlia; SANTOS, Renato Abramowicz, GONSALVES, Talita Anzei; MARINO, Aluizio. **Balanco das remoções em dois anos de pandemia na Região Metropolitana de São Paulo**. 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/balanco-das-remocoes-em-dois-anos-de-pandemia-na-regiao-metropolitana-de-sao-paulo/>. Acesso em: 01 nov 2022.